



Charter of Fundamental Rights of the EU

“in action”

TRAINING GUIDELINES



This project is co-funded by
the Justice Programme of
the European Union.



Índice

I. Apresentação do projeto	4
II. Atividades de formação previstas	5
III. O perfil dos formandos	6
IV. Metodologias	7
V. Avaliação das atividades de formação.....	8
Anexo – Ficha de avaliação	9

I. Apresentação do projeto

O projeto "A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia "em Ação"", coordenado pelo Observatório Permanente da Justiça do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (OPJ-CES), em parceria com o Instituto de Direitos Humanos da Catalunha (Espanha), a Universidade de Utrecht (Holanda) e a Universidade de Szczecin (Polónia), financiado pela Direção-Geral de Justiça e dos Consumidores da Comissão Europeia visa promover um melhor conhecimento da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e da sua aplicabilidade.

Combinando uma abordagem teórica com uma estratégia de difusão do conhecimento dos conteúdos e potencialidades deste instrumento jurídico fundamental da União europeia, o projeto incorpora um extenso programa de formação (formação presencial, a distância e workshops) dirigido a magistrados judiciais, magistrados do Ministério Público e a advogados, centrado nos instrumentos de proteção dos direitos fundamentais no quadro europeu e especificamente da União Europeia, em especial na Carta, contribuindo para o domínio do quadro jurídico dos direitos fundamentais e da sua aplicabilidade, mas também para a partilha de experiências e de boas práticas.

Além do programa formativo, está previsto o desenvolvimento de um Manual de Formação para apoiar a organização de futuros programas de formação em todos os EstadosMembros, um Manual de Boas Práticas para ser utilizado por atores judiciais e uma plataforma web com informações relevantes no âmbito desta matéria, procurando promover a partilha de experiências e de boas práticas. Pelo que, as experiências de cada ação de formação (nos diferentes países parceiros), quer no que respeita aos conteúdos formativos, metodologias de formação, perfil de formadores e formandos, entre outros aspetos, são muito relevantes. Daí a importância para este trabalho de conhecer as perceções de todos os intervenientes.

II. Atividades de formação previstas

No âmbito deste projeto serão promovidas as seguintes ações de formação, dirigidas a um total de 100 atores judiciais, assim distribuídos: 25 magistrados judiciais, 25 magistrados judiciais formadores, 25 magistrados do Ministério Público e 25 advogados. Os mesmos atores judiciais participarão nas diferentes ações de formação, com exceção dos *workshops* internacionais, em que apenas participarão 10 daqueles intervenientes.

Formação presencial comum	25 Magistrados judiciais, 25 magistrados do Ministério Público, 25 advogados	12 Horas	22 e 23 setembro 2017 26 e 27 outubro 2017
Formação a distância (uma para cada corpo profissional)	25 Magistrados judiciais, 25 magistrados do Ministério Público, 25 advogados	30 Horas	novembro/ dezembro/janeiro
Formação presencial especializada – magistrados judiciais	25 Magistrados judiciais	6 Horas	23 março 2018
Formação presencial especializada – magistrados do Ministério Público	25 Magistrados do Ministério Público	6 Horas	9 março 2018
Formação presencial especializada – advogados	25 Advogados	6 Horas	16 março 2018
Workshop	25 Juízes formadores	16 Horas	8 janeiro 2018 13 abril 2018
Exchange experiences workshop – Holanda	5 Participantes (magistrados judiciais, magistrados judiciais formadores, magistrados do Ministério Público e advogados a selecionar de entre os participantes)	1 Dia	29 janeiro 2018
Seminário final	100 Participantes (25 magistrados judiciais, 25 magistrados judiciais formadores, 25 magistrados do Ministério Público, 25 advogados)	1 Dia	8 junho 2018

<i>Exchange experiences workshop – Polónia</i>	5 Participantes (magistrados judiciais, magistrados judiciais formadores, magistrados do Ministério Público e advogados a selecionar de entre os participantes) – participantes distintos do grupo anterior	1 Dia	maio 2018
Conferência Final	Todos os participantes das ações de formação deste programa.	2 Dias	6 julho 2018

III. O perfil dos formandos

O programa de formação, incluindo a formação presencial, formação a distância, *workshops*, o seminário é, como acima referido, dirigido a magistrados judiciais e do Ministério Público e a advogados.

A seleção dos formandos foi operacionalizada com a colaboração do Conselho Superior da Magistratura, da Procuradora-Geral da República e das organizações profissionais dos Advogados, por se considerar que são as instituições com melhores condições para indicarem alguns dos profissionais mais habilitados para frequentar este programa de formação, considerando a atividade que desenvolvem e a especial relevância desta temática para o desempenho das suas funções.

Por outro lado, a experiência do OPJ/UNIFOJ na implementação de cursos de formação – presenciais e a distância – também permitiu identificar magistrados judiciais e do Ministério Público e advogados que frequentaram programas de formação anteriores e que têm um perfil adequado à participação neste projeto, quer pela atividade desenvolvida, quer pela participação e interesse demonstrados.

IV. Metodologias

Procura-se que o programa de formação concretize uma abordagem teórico-prática dos temas formativos, com particular ênfase na orientação para a prática. No entanto, sobretudo na fase inicial da implementação deste programa de formação, reconhece-se a importância de sessões mais expositivas, ainda que seguidas de alguma discussão orientada com os formandos. Este reconhecimento resulta da análise do inquérito aplicado, no âmbito deste projeto, cujos resultados preliminares constam de documento próprio, aos atores judiciais com o objetivo de identificar a familiaridade e ou a distância dos atores judiciais em face deste instrumento e as principais temáticas a que aqueles atores atribuem mais relevância no plano formativo. Os resultados do inquérito permitem concluir por um assinalável desconhecimento sobre a Carta dos Direitos Fundamentais, comum tanto a magistrados judiciais e do Ministério Público, como a advogados, não tanto em relação às normas, mas sobretudo no que respeita à sua aplicação prática.

Considerando os resultados do inquérito, o programa de formação foi elaborado de forma a incluir, numa fase inicial, um tronco comum dirigido a todos os participantes. Na verdade, como se pode ver na análise preliminar do inquérito, a grande maioria dos respondentes não teve qualquer experiência na aplicação da Carta, nem formação nesta matéria. Consideramos também importante, como metodologia formativa, que o espaço de formação seja um espaço de interconhecimento e de troca de experiências entre os diferentes atores judiciais. Espera-se, nestas primeiras sessões, aprofundar o conhecimento sobre a Carta, designadamente no que diz respeito aos direitos previstos, à relação entre a Carta e a proteção nacional e internacional dos direitos fundamentais, à competência dos tribunais nacionais para a sua aplicação, iniciando-se a discussão de casos relevantes da jurisprudência. Acima de tudo, procura-se sensibilizar os formandos para a importância da temática dos direitos fundamentais nos dias de hoje. Em todas as sessões, é recomendado a dinamização de um espaço de debate após a exposição inicial dos oradores.

Posteriormente às ações de formação presencial comum, sobretudo nas sessões de formação especializada, recomenda-se a utilização de metodologias de formação interativas e mais orientadas para a prática dos diferentes atores, de modo a ultrapassar obstáculos e a

incentivar a mobilização de instrumentos que fortaleçam os direitos humanos. Assim, as sessões devem ser dinamizadas com recurso à discussão de casos da jurisprudência e ou outros casos concretos, procurando sempre uma forte ilustração da realidade nacional e envolvendo o mais possível os formandos e, sempre que se considere adequado, com a constituição de pequenos grupos de trabalho. As ações de formação especializadas a distância devem também constituir uma via de formação orientada para o aprofundamento da reflexão presencial.

V. Avaliação das atividades de formação

A avaliação das diferentes ações de formação constitui uma etapa relevante do programa de formação, permitindo identificar boas práticas, problemas, outros conteúdos formativos relevantes e determinar em que medida os objetivos foram cumpridos, fornecendo pistas e indicadores relevantes, quer para orientar sessões futuras, quer para os *outputs* acima referidos (Manual de Formação e Manual de Boas Práticas).

Neste programa de formação, a avaliação, por parte dos formandos, é feita por escrito, de forma anónima, através do preenchimento de uma ficha de avaliação. Esta avaliação será objeto de uma análise quantitativa e qualitativa em cada formação e, no final, será produzido um relatório a entregar à Comissão Europeia. Aos formadores desta ação de formação, pedimos um comentário aberto sobre a formação, considerando o programa de formação, o perfil dos formandos, as dificuldades de interação, entre outros aspetos que considerem relevantes. A partir destes comentários iremos construir uma ficha de avaliação para os formadores que irá servir para as próximas ações de formação.

Anexo – Ficha de avaliação

Enquanto formando/a do Curso de Formação *A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia "em ação"*, solicitamos o preenchimento do inquérito que a seguir se apresenta. Assegura-se o total anonimato e garante-se que a informação concedida não será associada à pessoa que a presta. As respostas recolhidas serão utilizadas unicamente para fins de avaliação da formação.

Muito agradecemos a colaboração,

A coordenação do projeto

I. Avaliação dos conteúdos programáticos

Por favor, indique com um X a opção que melhor traduz a sua opinião sobre a formação

Parâmetro	Muito negativo	Negativo	Nem negativo nem positivo	Positivo	Muito Positivo
Estrutura da formação					
Conteúdos das sessões					
Articulação entre componente teórica e prática					
Adequação do material de apoio					
Duração das sessões					
Adequação do espaço					
Organização geral					

II. Avaliação dos/as formadores/as

Por favor, indique com um X a opção que melhor traduz a sua opinião sobre a formação

Parâmetro	Muito negativo	Negativo	Nem negativo nem positivo	Positivo	Muito Positivo
Clareza na exposição dos temas					
Rigor no tratamento das matérias					
Disponibilidade para responder a perguntas					

III. Observações / Sugestões

Observações sobre conteúdos programáticos e formadores/as.

Temas que gostaria de ver tratados em futuros cursos de formação presencial e/ou a distância sobre esta temática.

Sugestões para melhorar a formação.

Muito obrigado pela colaboração.